

## GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR JORGE QUINTINO

### Requerimento Nº /2025

Requeiro à Mesa Diretora dessa Respeitosa Casa, depois de ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Caruaru, Rodrigo Pinheiro, Anteprojeto de Lei que Institui, no âmbito do Município de Caruaru, o Programa Família Guardiã, destinado a subsidiar o acolhimento de crianças e/ou adolescentes em situação de violação de direitos, ou de risco social e pessoal, afastados do convívio familiar.

**Anteprojeto: Anteprojeto modelo para se tornar Projeto de lei que Institui, no âmbito do Município de Caruaru, o Programa Família Guardiã, destinado a subsidiar o acolhimento de crianças e/ou adolescentes em situação de violação de direitos, ou de risco social e pessoal, afastados do convívio familiar.**

### CAPÍTULO I – DO PROGRAMA FAMÍLIA GUARDIÃ

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Caruaru, o Programa Família Guardiã, destinado a subsidiar o acolhimento de crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos que estejam em situação de violação de direitos ou risco social e pessoal, quando necessária a medida protetiva de afastamento da família de origem, assegurando-lhes a inclusão em família extensa ou ampliada.

**Parágrafo único.** Para os fins desta Lei, considera-se:

**I – família extensa ou ampliada:** aquela que se estende além da unidade de pais e filhos ou casal, composta por parentes ou indivíduos com os quais a criança ou adolescente possua vínculo de afinidade e afetividade, nos termos do art. 25, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

**II – vínculo de afinidade e/ou afetividade:** vínculo não necessariamente sanguíneo, derivado de laços de confiança, cuidado, convivência e carinho.

**Art. 2º** O Programa Família Guardiã tem por objetivo garantir o direito à convivência familiar e comunitária mediante subsídio voltado ao custeio de despesas decorrentes do cuidado da criança/adolescente pela família extensa ou ampliada que não disponha de condições financeiras suficientes.

**§1º** Serão beneficiárias crianças e adolescentes em violação de direitos ou risco social e pessoal, cujos pais sejam falecidos, desconhecidos ou tenham tido o poder familiar suspenso ou destituído, sendo o subsídio pago ao guardião judicial.

**§2º** O benefício será administrado pelo guardião, sempre orientado pelo melhor interesse da criança ou adolescente.

**§3º** São objetivos do Programa:

- I – garantir convivência familiar e comunitária, interrompendo ciclos de violação de direitos;
- II – preservar vínculos familiares e afetivos e promover reintegração quando possível;
- III – priorizar o acolhimento em família extensa ou ampliada em detrimento do acolhimento institucional;
- IV – assegurar que grupos de irmãos permaneçam juntos, conforme art. 92, V, do ECA.

**Art. 3º** A gestão do Programa será responsabilidade da Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome de Caruaru, ou outra que vier a substituí-la na política municipal de assistência social.

## **CAPÍTULO II – DA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA**

**Art. 4º** São requisitos para inclusão da criança ou adolescente no Programa:

- I – constatação de violação de direitos ou risco;
- II – avaliação técnica pela equipe do Programa;
- III – concessão de guarda judicial à família extensa ou ampliada;
- IV – comprovação de domicílio em Caruaru.

**Art. 5º** São requisitos para a inclusão da família guardiã:

- I – obtenção de guarda judicial;
- II – avaliação técnica e demonstração de capacidade para proteção e cuidados;
- III – comprovação de domicílio em Caruaru;
- IV – inscrição no Cadastro Único;
- V – não percepção de benefício idêntico referente à mesma criança/adolescente.

**Parágrafo único.** Cumpridos os requisitos, a família assinará Termo de Adesão.

**Art. 6º** A família poderá acolher mais de uma criança, dentro do limite previsto no art. 10.

## **CAPÍTULO III – DAS RESPONSABILIDADES DA FAMÍLIA GUARDIÃ**

**Art. 7º** São obrigações:

- I – prestar assistência material, moral e afetiva;
- II – utilizar o benefício exclusivamente em favor da criança/adolescente;
- III – garantir acesso e permanência escolar, apresentando comprovação semestral;
- IV – zelar pela saúde e vacinação;
- V – permitir e colaborar com o acompanhamento técnico.

**Art. 8º** A família receberá capacitação e acompanhamento continuado.

**Art. 9º** Havendo inadaptação, a família deverá solicitar a desistência, mantendo os cuidados até novo encaminhamento judicial.

#### **CAPÍTULO IV – DO SUBSÍDIO**

**Art. 10.** O subsídio mensal (“Auxílio Família Guardiã”) será:

- I – 1 (um) salário mínimo por criança/adolescente, até duas;
- II – 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo a partir da terceira.

**§1º** Crianças/adolescentes com deficiência ou necessidades especiais terão acréscimo de 50%.

**§2º** O valor máximo por família será de 3 salários mínimos.

**Art. 11.** O pagamento será mensal, mediante depósito em conta do guardião.

**§1º** São documentos necessários:

- I – RG, CPF e comprovante de endereço;
- II – certidão de nascimento;
- III – cartão de vacinação;
- IV – termo de guarda judicial;
- V – dados bancários.

**§2º** O auxílio será concedido por até 18 meses, prorrogável por 12 após avaliação técnica.

**§3º** Em caso de desligamento antes de um mês, o pagamento será proporcional.

**Art. 12.** Havendo descumprimento das obrigações, o benefício será bloqueado.

**§1º** A equipe técnica avaliará a situação e decidirá pela manutenção ou exclusão.

**§2º** Constatadas irregularidades, a família será excluída e comunicados o Judiciário e o Ministério Público.

## **CAPÍTULO V – DO DESLIGAMENTO**

**Art. 13.** O desligamento ocorrerá por:

- I – retorno à família de origem;
- II – óbito do guardião;
- III – reorganização familiar que torne o auxílio desnecessário;
- IV – maioridade ou emancipação;
- V – pedido do guardião;
- VI – pedido da criança/adolescente mediante avaliação;
- VII – descumprimento das obrigações.

**Parágrafo único.** A família irregular deverá ressarcir valores recebidos.

**Art. 14.** O cumprimento das obrigações será verificado por inspeções técnicas periódicas.

## **CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 15.** A Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome designará equipe técnica responsável pelo acompanhamento.

**Art. 16.** As despesas correrão por conta do Fundo Municipal de Assistência Social.

**Art. 17.** O Poder Executivo regulamentará a Lei em até 90 dias.

**Art. 18.** Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, Estado de Pernambuco

26 de novembro de 2025

**Vereador PROFESSOR JORGE QUINTINO Autor**

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade instituir, no Município de Caruaru, o Programa Família Guardiã, política pública essencial para garantir a proteção integral e o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos ou risco pessoal e social, em conformidade com a Constituição Federal e com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A proposta se fundamenta na prioridade absoluta assegurada à infância e à adolescência (art. 227 da Constituição Federal), bem como nas diretrizes nacionais de fortalecimento da convivência familiar, que determinam que o afastamento do núcleo familiar deve ser medida excepcional e, quando necessária, deve priorizar alternativas familiares – especialmente junto à família extensa ou ampliada.

O Programa Família Guardiã permite que crianças e adolescentes afastados de suas famílias de origem, por medida protetiva judicial, sejam acolhidos por parentes ou pessoas com as quais mantenham laços afetivos, evitando-se a institucionalização sempre que possível. Essa abordagem oferece ambiente mais adequado ao desenvolvimento físico, emocional e psicossocial, preservando vínculos que são fundamentais para sua proteção e seu futuro.

Além de promover acolhimento humanizado, o Programa prevê o pagamento de subsídio mensal destinado a custear as despesas necessárias ao cuidado e manutenção da criança/adolescente, garantindo condições dignas às famílias guardiãs – muitas vezes economicamente vulneráveis, embora afetivamente disponíveis.

A gestão municipal da assistência social ficará responsável pelo acompanhamento técnico, visitas domiciliares, capacitação das famílias e avaliações regulares, assegurando a qualidade do cuidado e o cumprimento dos objetivos da medida protetiva.

A presente iniciativa fortalece a rede de proteção social de Caruaru, reduz a sobrecarga sobre unidades de acolhimento institucional e alinha o município às melhores práticas nacionais para garantia do melhor interesse da criança e do adolescente.

Diante do relevante interesse público, solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, Estado de Pernambuco

26 de novembro de 2025

**Vereador PROFESSOR JORGE QUINTINO Autor**